



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

versão novembro/2025

JOAO
LUIZ
PEIXOTO
DA
SILVA
22/12/2025 12:31

TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de novos rastreadores portáteis para a Segurança Institucional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Detalhamento dos bens e serviços que compõem a solução:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Rastreador portátil com tecnologia GSM 4G (LTE) com <i>backup</i> em 2G (GPRS), bateria de longa duração (7 a 70 dias) com, no mínimo, 7.900 mA.h e função de hibernação profunda quando parado, módulo GNSS com comunicação pelos sistemas GPS e, alternativamente, pela constelação Beidou, módulo GSM compatível com cartão nano SIM, alarme de excesso de velocidade, recarga via conexão USB, nível de proteção IP 65 (resistente à água e poeira), com base magnética por ímãs N52 de alta força de atração, escuta remota, dimensões máximas de 110 x 80 x 30 mm, corpo em termoplástico ABS, sem inscrições e leds externos, modelo de referência Tecnologia GPS PT-70X, ou de melhor qualidade.	rastreador	3

2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL¹

A demanda está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA?

() Sim: ID da Demanda nº _____² (X) Não

¹ O Plano de Contratações Anual é regulamentado pela Portaria GP.TRT4 nº 1.633/2025, que estabelece quais tipos de contratação devem, obrigatoriamente, estar previstas no plano.

² De acordo com o Artigo 13 da Portaria GP.TRT4 nº 1.633/2025, as demandas encaminhadas para contratação podem ter uma variação de até 20% em relação ao valor estimado no Plano de Contratações Anual (PCA). Variações negativas acima deste limite devem ser justificadas, enquanto variações positivas acima desse limite precisam de justificativa detalhada e prévio encaminhamento ao Subcomitê de Contratações para deliberação, conforme os procedimentos previstos na Seção V do Capítulo II da mencionada Portaria (alterações realizadas por meio do formulário contido no Anexo Único da Portaria, que deverá ser enviado à Secretaria de Administração).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

3 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO³

- 3.1. Os elementos que fundamentam a presente contratação constam no Documento de Formalização da Demanda.

4 ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A garantia mínima dos rastreadores deverá ser de **doze meses**.
- 4.2. Os rastreadores portáteis fornecidos deverão ser compatíveis com a Central de Monitoramento Integrada Tecnologia GPS do TRT4.

5 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Nota: A Resolução CNJ nº 400/2021 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem adotar processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável (artigo 2º). Logo, a inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações não se refere apenas à inserção de especificações no objeto que tratem de questões ambientais, mas sim como um conceito mais amplo, que abrange aspectos econômicos, sociais e culturais.

Para conhecer os principais critérios de sustentabilidade nas contratações mais comuns do TRT4, bem como as práticas de sustentabilidade que podem ser observadas no processo da contratação, consulte o Guia de Contratações Sustentáveis do TRT da 4ª Região.

- 5.1. A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis do Guia de Contratações?

(X) Não

() Sim - Discrimine a seguir:

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazos e Condições:

- 6.1.1 Os produtos fornecidos deverão ser entregues no prazo máximo de trinta dias a contar do 1.º dia útil subsequente ao envio da nota de empenho.
- 6.1.2 A entrega deverá ser realizada na av. Praia de Belas n.º 1100 - bairro Praia de Belas - Porto Alegre/RS.
- 6.1.3 Os equipamentos devem ser entregues já configurados.

³ A justificativa deve conter os fatos e fundamentos que especifiquem a necessidade de uso/utilização do bem/serviço, bem como os benefícios a serem alcançados, considerando o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

DADOS DO SERVIDOR PARA COMBINAR A EXECUÇÃO/ENTREGA	
Nome	George FELICIO
Telefone	(51) 3255-2281 / (51) 9 8112-2277
E-mail	seguranca@trt4.jus.br

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será realizado após o recebimento definitivo do objeto.
- 8.2. A contratada deverá efetuar cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.
- 8.2.1 Por meio da URL <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao *link* do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O detalhamento da pesquisa de preços realizada consta no Anexo I do Termo de Referência.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- (X) Programa de Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho;
- () Outra:

11 FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1. Será realizada a Dispensa de Licitação prevista no artigo:
- () 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.⁴
- (X) 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.⁵
- 11.2. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços?
- (X) Não.
- () Sim, em razão da(s) seguinte(s) hipótese(s):

⁴ Contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.

⁵ Contratação de outros serviços e compras..





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- () Necessidade de contratações permanentes ou frequentes devido às características do objeto.
- () É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa.
- () É conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, inclusive nas compras centralizadas.
- () Não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, devido à natureza do objeto.
- () Execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:
 - a) Existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e
 - b) Necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

12 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR⁶

Foi realizado Estudo Técnico Preliminar?

() Sim: fls. _____

(X) Não. Justificativa:

(X) Valor igual ou inferior aos limites previstos no Art. 75, incisos I e II, da Lei 14.133/2021;

() Contratação com fundamento no Art. 75, incisos III, da Lei 14.133/2021;

() Casos de emergência ou de calamidade pública - Art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021;

() Outra:

13 SANÇÕES APLICÁVEIS⁷

13.1. As sanções relativas a advertências, atrasos na entrega, inexecução total

⁶ A justificativa deve conter elementos que demonstrem que não é necessário a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares, levando em conta o baixo vulto ou complexidade, bem como os riscos envolvidos a serem geridos, o que pode ser verificado a partir da experiência da Administração em contratações anteriores.

⁷ Cabe à unidade requisitante avaliar a necessidade de prever sanções específicas para a execução do objeto e incluir as cláusulas pertinentes no Termo de Referência.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ou parcial e impedimentos obedecerão ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022.

RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO
João Luiz Peixoto da Silva Diretor da Secretaria de Segurança Institucional

